



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E DO ENSINO SUPERIOR
DIRECÇÃO GERAL DO ENSINO SUPERIOR
INSTITUTO POLITÉCNICO DE TOMAR

ESCOLA SUPERIOR DE GESTÃO DE TOMAR

LICENCIATURA BI – ETÁPICA EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

DISCIPLINA DE : **DIREITO ADMINISTRATIVO**

ANO LECTIVO: 2003 / 2004

REGIME : Anual

CARGA HORÁRIA: (2T+1P)

2.º ANO

DOCENTE : Equiparado a Professor Coordenador Horácio Lopes

A - PROGRAMA

I PARTE – INTRODUÇÃO

A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

I

CONCEITO DE ADMINISTRAÇÃO

1. As necessidades colectivas e a administração pública
2. Os vários sentidos de expressão «administração pública»
3. A administração pública em sentido orgânico
4. A administração pública em sentido material
5. A administração pública e a administração privada
6. A administração pública e as funções do Estado

II

EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

7. Generalidades
8. Até ao Estado Moderno
 - a) A administração pública no Estado oriental
 - b) A administração pública no Estado grego
 - c) A administração pública no Estado romano
 - d) A administração pública no Estado medieval

9. A administração pública no Estado moderno
 - a) O Estado corporativo
 - b) O Estado absoluto
 - c) A Revolução francesa
 - d) A Revolução liberal em Portugal e as reformas de Mouzinho da Silveira
 - e) O Estado liberal
 - f) O Estado constitucional do século XX

10. A evolução em Portugal no século XX

III
OS SISTEMAS ADMINISTRATIVOS

11. Generalidades
12. Sistema administrativo tradicional
13. Sistema administrativo de tipo britânico, ou de administração judiciária
14. Sistema administrativo de tipo francês, ou de administração executiva
15. Confronto entre os sistemas de tipo britânico e de tipo francês
16. Evolução dos sistemas administrativos britânico e francês

2.º
O DIREITO ADMINISTRATIVO

I
O DIREITO ADMINISTRATIVO
COMO RAMO DE DIREITO

17. Generalidades
18. Subordinação da Administração Pública ao Direito
19. Noção de Direito Administrativo
20. O Direito Administrativo como direito público
21. Tipos de normas administrativas
22. Actividade de gestão pública e de gestão privada
23. Natureza do direito administrativo
24. Função do Direito Administrativo
25. Caracterização genérica do Direito Administrativo
26. Traços específicos do Direito Administrativo
 - a) Juventude
 - b) Influência jurisprudencial
 - c) Autonomia
 - d) Codificação parcial

27. Ramos de Direito Administrativo
28. Fronteiras do Direito Administrativo

II

A CIÊNCIA DO DIREITO ADMINISTRATIVO

E A CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO

- 29. A Ciência do Direito Administrativo
- 30. Evolução da Ciência do Direito Administrativo
- 31. Ciências auxiliares
- 32. A Ciência da Administração
- 33. Evolução da Ciência da Administração
- 34. A Reforma Administrativa

3.º

*AS FONTES DO DIREITO
ADMINISTRATIVO*

35. Elenco

PARTE II

A ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

CAPÍTULO I

A ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA PORTUGUESA

1.º

*A ADMINISTRAÇÃO CENTRAL
DO ESTADO*

I

O ESTADO

- 36. Várias acepções da palavra «Estado»
- 37. O Estado como pessoa colectiva
- 38. Espécies de Administração do Estado
- 39. Administração directa do Estado
- 40. Atribuições
- 41. Órgãos do Estado



II
O GOVERNO

42.O Governo

- a) Principais funções do Governo
- b) A competência do Governo e o seu exercício

43.A estrutura do Governo

- c) O Primeiro –Ministro
- d) Os outros membros do Governo

44.O funcionamento do Governo

- e) A coordenação ministerial
- f) O Conselho de Ministros
- g) Os Conselhos de Ministros especializados

III

*ÓRGÃOS E SERVIÇOS
DE VOCAÇÃO GERAL*

45.Preliminares

46.Órgãos consultivos

- h) A Procuradoria-Geral da República
- i) O Conselho Económico e Social

47.Órgãos de controle

- j) O Tribunal de Contas
- k) A Inspeção-Geral de Finanças e a Inspeção-Geral da Administração do Território

48.Serviços de gestão administrativa

49.Órgãos independentes

2.º

A ADMINISTRAÇÃO PERIFÉRICA

I

CONCEITO E ESPÉCIES

50.Preliminares

51.Conceito

52.Espécies

53.A transferência dos serviços periféricos

II
A ADMINISTRAÇÃO LOCAL
DO ESTADO

- 54. Preliminares
- 55. A divisão do território
 - a) Circunscrições administrativas e autarquias locais
 - b) As divisões administrativas básicas
 - c) A harmonização das circunscrições administrativas
- 56. Os órgãos locais do Estado
 - a) Os magistrados administrativos
 - b) Do Governador Civil em especial
 - c) Funções do Governador Civil no direito português

3.
A ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL
INDIRECTA

I
CONCEITO E ESPÉCIES

- 57. Noção de administração estadual indirecta
- 58. Razão de ser da administração estadual indirecta
- 59. Caracteres da administração estadual indirecta : aspectos materiais e aspectos orgânicos
- 60. Organismos incumbidos da administração estadual indirecta

II
OS INSTITUTOS PÚBLICOS

- 61. Conceito
- 62. Regime jurídico
- 63. Espécies
 - a) Os serviços personalizados
 - b) As fundações públicas
 - c) Os estabelecimentos públicos
- 64. Aspectos fundamentais do regime jurídico dos institutos públicos
- 65. Natureza jurídica dos institutos públicos

III

AS EMPRESAS PÚBLICAS

- 66. Considerações preliminares
- 67. O sector empresarial do Estado
- 68. Conceito de empresa pública
- 69. Motivos da criação de empresas públicas
- 70. Espécie de empresas públicas
- 71. Regime jurídico das empresas públicas

4.º

A ADMINISTRAÇÃO AUTÓNOMA

I

CONCEITO E ESPÉCIES

- 72. Conceito
- 73. Entidades incumbidas da administração autónoma

II

AS ASSOCIAÇÕES PÚBLICAS

- 74. Preliminares
- 75. Conceito
- 76. Espécies
- 77. Idem : das ordens profissionais em especial
- 78. Regime jurídico
- 79. Natureza jurídica

III

AS AUTARQUIAS LOCAIS

A) GENERALIDADES

- 80. A administração local autárquica
- 81. Conceito de autarquia local
- 82. Descentralização, auto-administração e poder local
- 83. O princípio da autonomia local
- 84. Espécies de autarquias locais em Portugal
- 85. Regime jurídico das autarquias locais

B) A FREGUESIA

- 86. Conceito
- 87. Importância da freguesia

- 88.Criação e classificação das freguesias
- 89.Atribuições da freguesia
- 90.Órgãos da freguesia
 - a)A Assembleia da freguesia
 - b) A Junta de freguesia
- 91.As freguesias e as organizações de moradores

C) O MUNICÍPIO

- 92.Conceito
- 93.Importância prática
- 94.Natureza jurídica
- 95.Criação, extinção e modificações de municípios
- 96.Fronteiras, designação, categoria e símbolos dos municípios
- 97.Classificação dos municípios
- 98.Atribuições municipais : o problema «de jure condendo»
- 99.Idem: O problema «de jure condito»
- 100.Os órgãos do município em geral
- 101.Idem : Particularidade do actual sistema de governo municipal português
- 102.Os órgãos do município
 - a) A Assembleia Municipal
 - b) A Câmara Municipal
 - c) O Presidente da Câmara
- 103. Serviços municipais e serviços municipalizados
- 104. Comunidades intermunicipais de direito público
- 105. As áreas metropolitanas
- 106. A intervenção do Estado na administração municipal

D) A REGIÃO

- 107. Preliminares
- 108. O problema do distrito
- 109. A região como autarquia local
- 110. Confronto entre as regiões continentais e as regiões autónomas insulares
- 111. As atribuições das regiões
- 112. Órgãos das regiões
- 113. Governador civil regional
- 114. O processo de regionalização do Continente

5º

*As instituições particulares
de interesse público*

I

GENERALIDADES

- 115. Conceito
- 116. Espécies

II

*SOCIEDADES DE INTERESSE
COLECTIVO*

- 117. Conceito
- 118. Espécies
- 119. Regime jurídico

III

*PESSOAS COLECTIVAS
DE UTILIDADE PÚBLICA*

- 120. Conceito
- 121. Espécies
- 122. Regime jurídico

CAPÍTULO II

TEORIA GERAL DA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

1.

ELEMENTOS DA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

- 123. A organização administrativa

I

*AS PESSOAS COLECTIVAS
PÚBLICAS*

- 124. Preliminares
- 125. Conceito
- 126. Espécies
- 127. Regime jurídico
- 128. Órgãos
- 129. Classificação dos órgãos
- 130. Dos órgãos colegiais em especial
- 131. Atribuições e competência
- 132. Da competência em especial
 - a) Critérios de delimitação da competência
 - b) Espécies de competência
- 133. Regras legais sobre a competência
- 134. Conflitos de atribuições e de competência

II

OS SERVIÇOS PÚBLICOS

- 135. Preliminares
- 136. Conceito

- 137. Espécies
- 138. Regime jurídico
- 139. Organização dos serviços públicos
- 140. A hierarquia administrativa
 - a) Conceito de hierarquia
 - b) Espécies
 - c) Conteúdo. Os poderes do superior
 - d) idem: Em especial, o dever de obediência

2.

*SISTEMAS DE ORGANIZAÇÃO
ADMINISTRATIVA*

I

CONCENTRAÇÃO E DESCONCENTRAÇÃO

- 141. Conceito
- 142. Vantagens e inconvenientes
- 143. Espécies de desconcentração
- 144. A delegação de poderes. Conceito
 - a) Figuras afins
 - b) Espécies
 - c) Regime jurídico

II

CENTRALIZAÇÃO E DESCENTRALIZAÇÃO

- 145. Conceito
- 146. Vantagens e inconvenientes
- 147. Espécies de descentralização
- 148. Limites da descentralização
- 149. A tutela administrativa. Conceito
 - a) Figuras afins

III

INTEGRAÇÃO E DEVOLUÇÃO DE PODERES

- 150. Conceito
- 151. Vantagens e inconvenientes
- 152. Regime jurídico
- 153. Sujeição à tutela administrativa e à superintendência
- 154. Natureza jurídica da superintendência

3.

*OS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS
SOBRE ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA*

- 155. Enumeração
- 156. Limites

PARTE II

***O PODER ADMINISTRATIVO
E OS DIREITOS DOS PARTICULARES***

***CAPITULO I
CONCEITOS FUNDAMENTAIS***

***§ 1º
O PODER ADMINISTRATIVO***

- 1. A separação de poderes
- 2. O poder administrativo : caracterização
- 3. Manifestações do poder administrativo
- 4. Corolários do poder administrativo

***§2º
PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS SOBRE O PODER ADMINISTRATIVO***

- 5. Enumeração
- 6. O principio da prossecução do interesse público
- 7. Idem : o dever de boa administração
- 8. O principio da legalidade
 - a) evolução histórica
 - b) conteúdo, objecto e modalidades
 - c) excepções ao principio da legalidade
 - d) natureza e âmbito do principio da legalidade
- 9. O princípio do respeito pelos direitos e interesses legalmente protegidos dos particulares
 - a) a distinção entre direito subjectivo e interesse legalmente protegido
 - b) alcance
- 10. O poder discricionário da Administração : preliminares
 - a) natureza
 - b) fundamento e significado
 - c) evolução histórica
 - d) âmbito
 - e) limites
 - f) controlo do seu exercício
 - g) figuras afins

- g1) Interpretação de conceitos indeterminados
- g2) Remissão da lei para regras extra-jurídicas

- 11. O princípio da justiça : generalidades
 - a) o princípio da igualdade
 - b) o princípio da proporcionalidade
 - c) o princípio da boa fé
 - d) o princípio da justiça em sentido restrito
- 12. O princípio da imparcialidade

CAPÍTULO II ***O EXERCÍCIO DO PODER ADMINISTRATIVO***

§1º ***INTRODUÇÃO***

- 13. Modos de exercício do poder administrativo

§2º ***O REGULAMENTO ADMINISTRATIVO***

- 14. noção
- 15. espécies
- 16. distinção entre regulamento e lei
- 17. distinção entre regulamento e acto administrativo
- 18. fundamento do poder regulamentar
- 19. limites do poder regulamentar
- 20. competência e forma
- 21. processo de elaboração dos regulamentos
- 22. publicação
- 23. vigência dos regulamentos : início
 - a) modificação e suspensão
 - b) inderrogabilidade singular
 - c) termo

E) §3º ***O ACTO ADMINISTRATIVO*** ***I*** ***CONCEITO, NATUREZA E ESTRUTURA***

- 24. Origem e evolução do conceito de acto administrativo
- 25. Concepções doutrinárias acerca do conceito de acto administrativo
- 26. Definição de acto administrativo
- 27. Análise da definição
 - a) Acto jurídico
 - b) Acto unilateral
 - c) Exercício do poder administrativo
 - d) Acto praticado por um órgão administrativo
 - e) Acto decisório
 - f) Acto produtor de efeitos jurídicos numa situação individual e concreta
- 28. Os chamados actos colectivos, plurais e gerais

29. Importância do acto administrativo no estudo do Direito Administrativo
30. Natureza jurídica do acto administrativo ; particular referência ao papel da vontade no acto administrativo
31. Estrutura do acto administrativo ; sua recondução à tripartição elementos, requisitos e pressupostos
32. Menções obrigatórias do acto administrativo

II **ESPÉCIES**

33. Tipologia dos actos administrativos
34. Actos primários
 - a) Actos impositivos
 - b) Actos permissivos; particular referência às pré-decisões
35. Actos secundários
36. Actos instrumentais; dos pareceres em especial
37. Classificações dos actos administrativos
 - a) Quanto ao autor: decisões e deliberações ; actos simples e complexos
 - b) Quanto aos destinatários ; actos singulares, colectivos, plurais e gerais
 - c) Quanto aos efeitos ; actos de execução instantânea e actos de execução continuada
 - d) Quanto à respectiva localização no procedimento e hierarquia administrativos : actos definitivos e não definitivos
 - e) Quanto à susceptibilidade de execução administrativa : actos executórios e não executórios
38. Articulação entre as classificações distintas dos actos em definitivo e não definitivo e em executórios e não executórios.

III **PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO**

39. Noção
40. Objectivos da regulamentação do procedimento administrativo
41. A codificação das normas do procedimento administrativo
42. Natureza jurídica do procedimento administrativo
43. Princípios fundamentais do procedimento administrativo
44. Espécies de procedimentos administrativos
45. O procedimento decisório de 1º grau
46. A decisão tácita do procedimento
47. O procedimento decisório de 2.º grau : remissão
48. O procedimento executivo : remissão
49. A actuação da Administração pública sem respeito das formas legais do procedimento : o estado de necessidade e a urgência

IV
VALIDADE, EFICÁCIA E INTERPRETAÇÃO


- 50. Noções de validade e eficácia
- 51. Requisitos de validade do acto administrativo
 - a) Requisitos quanto ao acto administrativo
 - b) Requisitos quanto aos sujeitos; a obrigação de fundamentar e a forma
 - c) Requisitos ao conteúdo e ao objecto
 - d) Requisitos quanto ao fim
- 52. Requisitos de eficácia do acto administrativo
- 53. O problema do caso decidido ou caso resolvido
- 54. Interpretação e integração do acto administrativo

V
INVALIDIDADE

- 55. Preliminares
- 56. A) A ilegalidade do acto administrativo
 - a) os vícios do acto administrativo
 - b) a usurpação de poder
 - c) a incompetência
 - d) o vício de forma
 - e) a violação de lei
 - f) o desvio de poder
 - g) cumulação de vícios
- 57. B) Outras formas de invalidade
 - a) a ilicitude do acto administrativo
 - b) os vícios da vontade no acto administrativo
 - c) o problema da invalidade por vício de mérito
- 58. C) As formas de invalidade : nulidade e anulabilidade
 - a) a nulidade
 - b) a anulabilidade
 - c) âmbito de aplicação da nulidade e da anulabilidade
 - d) idem : os casos de nulidade
 - e) nulidade e inexistência do acto administrativo
 - f) referência à irregularidade
 - g) cumulação de formas de invalidade
- 59. D) Correspondência entre vícios e formas de invalidade
- 60. E) A sanação de actos administrativos ilegais

VI
EXTINÇÃO E MODIFICAÇÃO

- 61. Generalidades
- 62. A revogação
- 63. Figuras afins
- 64. Espécies
- 65. Regime de revogabilidade dos actos administrativos

- 
- a) Actos insusceptíveis de revogação
 - b) Regime de revogabilidade dos actos válidos
 - c) Regime de revogabilidade dos actos inválidos
- 66. Competência para a revogação
 - 67. Forma e formalidades da revogação
 - 68. Efeitos jurídicos da revogação
 - 69. Da obrigatoriedade de revogação dos actos ilegais
 - 70. O fim da revogação
 - 71. Natureza jurídica da revogação ; o efeito repristinatório
 - 72. A suspensão do acto administrativo
 - 73. Rectificação do acto
 - 74. Ratificação, reforma e conversão do acto administrativo

VII EXECUÇÃO

- 75. Generalidades
- 76. Princípios gerais da execução
- 77. Condições da execução
- 78. Fins e formas da execução
 - a) Execução para pagamento de quantia certa
 - b) Execução para entrega de coisa certa
 - c) Execução para prestação de facto

§4º *O Contrato administrativo* *I* *CONCEITO*

- 79. Preliminares
- 80. Origem histórica e razão de ser do contrato administrativo
- 81. Admissibilidade da figura do contrato no direito público
- 82. Âmbito do contrato administrativo :
 - a) evolução histórica
 - b) Conceito
 - c) Utilização da figura do contrato administrativo

II *ESPÉCIES*

- 83. Principais espécies de contratos administrativos
- 84. Empreitada de obras públicas
- 85. Concessão de obras públicas
- 86. Concessão de serviços públicos
- 87. Concessão de exploração do domínio público
- 88. Concessão de uso privativo do domínio público

- 89. Concessão de exploração de jogos de fortuna ou azar
- 90. Fornecimento contínuo
- 91. Prestação de serviços para fins de imediata utilidade pública
- 92. Outras espécies de contratos administrativos
- 93. Classificações dos contratos administrativos

§ 5º

O EXERCÍCIO DO PODER ADMINISTRATIVO E A RESPONSABILIDADE CIVIL DA ADMINISTRAÇÃO

- 94. Preliminares
- 95. Conceito
- 96. Responsabilidade por actos de gestão privada
- 97. Responsabilidade por actos de gestão pública
 - a) Responsabilidade por facto ilícito culposo
 - b) Responsabilidade pelo risco
 - c) Responsabilidade por facto lícito

CAP III – GARANTIAS DOS PARTICULARES

I - GARANTIA EM GERAL

- 98. Conceito e espécies
- 99. Algumas classificações gerais

II – GARANTIAS GRACIOSAS

- 100. Conceito
- 101. Espécies
 - a) Garantias petitorias
 - b) Garantias impugnatórias
 - c) Queixa ao Provedor de Justiça
- 102. Garantias petitorias
 - a) Direito de petição
 - b) Direito de representação
 - c) Direito de queixa
 - d) Direito de denúncia
 - e) Direito de oposição administrativa
- 103. Garantias impugnatórias
 - a) Reclamação
 - b) Recurso hierárquico (espécies e regime jurídico)
 - c) Recurso hierárquico impróprio
 - d) Recurso tutelar
- 104. A queixa ao Provedor de Justiça

III - GARANTIAS CONTENCIOSAS

105. Contencioso Administrativo : conceito e princípios fundamentais ; órgãos de jurisdição administrativa fiscal
106. As partes – especial menção à legitimidade
107. Os processos não urgentes:
 - a) A acção administrativa comum : formas e pertensões dedutíveis;
 - b) A acção administrativa especial : impugnação de actos administrativos; condenação à prática dos actos devidos ; impugnação de normas; declaração de ilegalidade por omissão.
108. A transição da acção administrativa especial
109. Os processos urgentes: contencioso eleitoral; contencioso pré-contratual; processos de intimação para a prestação de informações, consulta de processos e paragem de certidões; processos de intimação para prestação de direitos, liberdades e garantias.
110. Os processos cautelares : noção, propositura e tipos;
111. Recursos jurisdicionais: modalidades e regime aplicável
112. Processos executivos : generalidades; modalidades quanto ao fim (para prestação de factos ou de coisas, para pagamento de quantia certa e para execução de sentenças de anulação de actos administrativos)
113. Arbitragem: matérias que a ela podem ser submetidas; o compromisso arbitral ; as decisões arbitrais (impugnação e execução); os centros de arbitragem

B – REGIME DE AVALIAÇÃO

Média não inferior a 10 valores nas quatro frequências (duas em cada semestre) faculta a dispensa de exame, com a consequente aprovação, desde que a nota obtida em qualquer das frequências nunca seja inferior a 7 valores.

No exame escrito :

- A classificação inferior a 7 valores implica reprovação
- A classificação compreendida entre 7 e 9 valores implica a prestação da prova oral ;
- A classificação de, pelo menos, 10 valores faculta a dispensa de prova oral, com a consequente aprovação.
- No exame oral, aprovação depende da obtenção de classificação não inferior a 10 valores.

C – BIBLIOGRAFIA

- DIOGO FREITAS DO AMARAL, “Curso de Direito Administrativo”, vols. I, e II, 2001, Almedina
- MARCELO REBELO DE SOUSA, “Lições de Direito Administrativo”, Lisboa, 1994/19945
- MARCELO CAETANO, “Manual de Direito Administrativo, Vols. I, e II, 10.º e 9.º edições, respectivamente;

- MÁRIO ESTEVES DE OLIVEIRA, “Direito Administrativo”, 2ª ed., Coimbra, 1984
- MÁRIO AROSO DE ALMEIDA, “O Novo Regime do Processo nos Tribunais Administrativos”, Almedina, 2003
- JOSÉ CARLOS VIEIRA DE ANDRADE “Direito Administrativo e Fiscal “Coimbra, 1996 (lições policopiadas)
- AFONSO QUEIRÓ, “Lições de Direito Administrativo, “2ª ed., Coimbra, 1976
- ROGÉRIO SOARES, “Direito Administrativo”, Coimbra, 1978
- GUILHERME DA FONSECA, “Direito Administrativo” (sumários desenvolvidos), policopiados, Lisboa, 1993
- JOSÉ MANUEL SÉRVULO CORREIA, “Noções de Direito Administrativo”, vol.2 Lisboa, 1982